

II. Recife: o momento atual e seus desafios

A construção de um plano plurianual, enquanto ação de planejamento, parte necessariamente de uma leitura da situação atual, ao mesmo tempo em que se norteia por uma prospecção sobre o futuro da cidade. Assim, o exame, e o respeito, às proposições de um plano plurianual anterior constituem passo importante na sua formulação. Afora isso, traçar em síntese um retrato da realidade atual da cidade é imprescindível para fundamentar uma nova orientação e formular propostas para o futuro. Um breve exame das realizações da Prefeitura do Recife nos últimos anos permite observar onde residem as principais conquistas na melhoria da qualidade de vida na cidade, assim como também permite identificar carências e prioridades para as realizações futuras. A visão de futuro deve tomar como orientação o compromisso firmado no programa de governo da atual gestão, balizado pela leitura do momento presente e dos cenários possíveis na escala local e global.

O PPA 2006-2009 intitulado “Recife: mais trabalho, melhor qualidade de vida” trouxe o planejamento de uma gestão de continuidade. O principal desafio era, então, seguir além das conquistas já materializadas no ciclo anterior, mantendo-se o foco nos eixos estratégicos definidos como “*cuidar das pessoas*” e “*cuidar da cidade*”, que traduziam a preocupação prioritária de ofertar qualidade de vida, em todo o conjunto das atividades programadas para o período. Associados a esses, outros dois eixos estratégicos, “*gestão democrática*” e “*eficiência administrativa*”, privilegiavam os modos de atuação, tendo em vista o aprimoramento das ferramentas de participação e a qualidade nos serviços prestados à população.

Na esfera federal, o PPA 2008-2011 proposto para todo o Brasil traz forte identidade, nos seus princípios e estratégias, com esse momento recifense e oferece também elementos norteadores para a ação local. Apontam-se como prioridades nacionais o crescimento e a distribuição de renda, a melhoria de qualidade na educação, o aumento da produtividade e da competitividade, a expansão do mercado de consumo de massa, a utilização sustentável de recursos naturais, a melhoria da infra-estrutura urbana e o fortalecimento da democracia e da cidadania. Essas prioridades convergem para a pauta do governo municipal e oferecem boas perspectivas de realização de investimentos estruturais para o Recife, com a cooperação e recursos do governo federal.

O programa de governo apresentado quando do processo eleitoral, no ano de 2008, destaca o ambiente favorável com a convergência política dos governos Federal, Estadual e Municipal, somado a um contexto econômico de grandes investimentos – que não se mostrou

significativamente abalado diante da magnitude da crise que se abateu sobre o globo ainda no final do ano passado. O programa de governo estava estruturado segundo quatro eixos estratégicos, marcados pela identidade temática dos campos de ação, que são reafirmados neste PPA – o *desenvolvimento econômico*, o *desenvolvimento urbano e ambiental*, as *políticas sociais* e a *gestão democrática e eficiente*.

No âmbito do *Desenvolvimento Econômico*, as proposições direcionam-se para uma atuação que contempla simultaneamente dois componentes essenciais. Por um lado o estímulo à dinâmica de mercado, ao se buscar consolidar o Recife como pólo de serviços modernos, ao mesmo tempo em que, por outro lado, investe-se na inclusão, por meio da ampliação de uma economia popular e solidária.

No campo do *Desenvolvimento Urbano e Ambiental*, o programa de governo já alertava para a importância de se reconhecer e valorizar o Recife como centro metropolitano. Nele, aponta-se a necessidade de investimentos que abranjam, ao mesmo tempo, os programas de urbanização e saneamento ambiental que atendam às carências da maioria da população, as intervenções estruturadoras que possam assegurar melhoramento do suporte urbano para a dinamização econômica, e a sustentabilidade, por meio da proteção aos recursos naturais.

No que diz respeito às *Políticas Sociais*, o programa proposto reafirma uma linha de ação que já consagrou conquistas de peso no campo dos direitos e cidadania. O programa de governo propõe não somente a ampliação da rede básica de saúde, educação e assistência social, como também priorizar investimentos na sua qualificação, oferecendo melhores condições de atendimento com maior eficiência. Temáticas transversais são também fortalecidas, com a disseminação de ações em todas as secretarias com foco em temas como a juventude, a criança e o adolescente, o idoso e a mulher; o respeito à Igualdade racial e à livre orientação sexual, a mobilidade e acessibilidade, a segurança cidadã, a integração da pessoa com deficiência.

Já na dimensão da *gestão democrática e eficiente*, o programa de governo destaca que esse é o mais forte marco de identidade da mudança ocorrida desde o ano de 2001 – com o fortalecimento da participação popular por meio de um programa de grande magnitude como se constituiu o Orçamento Participativo. O programa evidencia o protagonismo da população e fortalece suas relações com a cidade. O desafio proposto no programa de governo é avançar a partir do que já se firmou, abrindo espaço para uma prática inovadora de planejamento participativo, apoiado por ações incisivas de modernização e aprimoramento dos modelos

gerenciais no cotidiano da administração da cidade. Investimentos em tecnologia e qualificação dos servidores permitirão preparar a Prefeitura para esse novo salto de eficiência.

O Recife já conta, segundo as estimativas do IBGE para 2008, com 1.549.980 habitantes. O Produto Interno Bruto (PIB) calculado para o ano 2006 (IBGE) é de 18,3 bilhões de Reais, sendo que 67% derivam do setor de serviços, deixando claro o perfil da cidade como pólo terciário, onde reside grande oportunidade nos novos horizontes da economia que se vislumbra para Pernambuco.

Alguns temas têm assumido destaque no contexto nacional e local, como a violência. O estudo “Mapa da violência nos municípios brasileiros¹, encontra-se no nono lugar entre os municípios de maior taxa de homicídios no país. O Governo de Pernambuco tem publicado dados mais recentes que apontam sucesso nas políticas de redução da violência, indicando queda de 9% na taxa de criminalidade violenta letal e intencional entre 2008 e 2009² – mas esse aspecto positivo se contrapõe a um crescimento na violência contra a mulher no mesmo período, alertando para uma maior atenção ao tema em suas múltiplas faces. O governo municipal tem seu espaço de atuação na dimensão da prevenção da violência e na construção da cultura da paz, tendo concebido políticas que abordam diretamente essa temática.

Outro aspecto relevante se mostra no explosivo crescimento da frota de veículos no Brasil que expõe, por um lado, o crescimento da economia e do poder de consumo da população, mas por outro lado, traz uma visão preocupante para o futuro das cidades, com uma sobrecarga de tráfego desmedida para a infra-estrutura instalada, contrapondo-se a um projeto de sustentabilidade. Recife tem atualmente mais de 388 mil veículos, sendo 72,7% de automóveis³, ocupando a malha urbana, com uma média reduzida de pessoas transportadas. São dados que despertam para a importância da ampliação e qualificação de uma rede de transporte público que está em pauta na ação da prefeitura, principalmente, a partir do Plano Diretor da Cidade do Recife aprovado em 2008.

Alguns dados podem também oferecer referência sobre as mudanças ocorridas nos últimos anos, mesmo que não se reportem especificamente ao Recife. A recente publicação dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios do IBGE (PNAD-2008) traz

¹ Mapa da violência nos municípios brasileiros. Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, 2008.

² Boletim trimestral da conjuntura criminal em Pernambuco – 1º trimestre 2009. Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, 2009.

³ Dados do DENATRAN, 2008, disponível em “Cidades@”, <<http://www.ibge.gov.br>>.

informações agregadas na escala da Região Metropolitana que apontam para essas mudanças.

No âmbito econômico, mudanças de padrão de consumo podem ser vistas em escala expressiva quando se toma em consideração a proporção de domicílios com computadores e acesso à internet. Observando-se apenas aquelas famílias com renda até dez salários mínimos, entre 2003 e 2008 o percentual de domicílios com estes bens saltou de 3,67% para 12,98%. Isso mostra um incremento na ordem de 145% só entre 2005 – o último ano do ciclo do PPA anterior – e o ano passado. Considerando-se a estrutura social da Região Metropolitana, essa proporção no Recife pode assumir uma expressão ainda mais forte. Por sua vez, os dados relativos aos rendimentos médios da família não revelam grandes alterações para a RMR entre 2005 e 2008. Mas deve-se registrar uma queda na proporção de famílias sem renda ou com até um salário mínimo – na ordem de apenas 0,39% – e também na faixa acima de 5 salários mínimos – que cai de 20,6% para 18,8% do total de famílias. Enquanto que as famílias com renda entre um e cinco salários mínimos passam de 55,5% para 57,3% do total. A prefeitura tem atuado de forma integrada no sentido da promoção da inclusão social e dinamização da economia.

No campo da educação, os dados da PNAD 2008 mostram avanços na Região Metropolitana. O percentual de pessoas não alfabetizadas foi reduzido entre 2005 e 2008 de 4,9% para 4,7% no caso dos homens e de 6,2% para 5,9%, no caso das mulheres. Assim como no restante do Brasil, contudo, o ano de 2008 revelou proporções maiores que o ano de 2007, servindo como alerta para a necessidade de aprimoramento dos programas de alfabetização, tanto quanto para a diferença entre homens e mulheres, que pouco se alterou. Ainda com respeito à educação, indicadores mais positivos se mostram na análise do tempo de estudo. A PNAD 2008 revela uma queda de 6,3% na proporção de pessoas com nenhum ou até um só ano de estudo, contraposto a um crescimento de 11,3% no grupo de pessoas que estudaram nove anos ou mais – que já representam 44,3% do total da população. Os programas da Prefeitura do Recife têm mostrado resultados, com investimentos em qualificação de seu pessoal e dos equipamentos educacionais.

A proporção de idosos, por sua vez, é um balizador importante para a concepção de políticas específicas e entre os anos de 2001 e 2008 houve um incremento na ordem de 21,7%, na Região Metropolitana, atingindo-se neste último ano a marca de 6,78% da população total, quando em 2001 eram 5,57%. A administração municipal está atenta a esta tendência e tem inovado em programas que atendem aos idosos e em vários campos da afirmação de direitos e consolidação da cidadania.

O déficit habitacional estimado para a Região Metropolitana para 2007⁴ é da ordem de 133 mil, destacando-se o problema da coabitação de famílias num mesmo domicílio como um dos principais fatores de sua definição. Mas também os estudos registram uma estimativa de 18,4 mil domicílios precários, o que constitui um panorama ainda grave. Um elemento importante como indicador de qualidade da moradia é a existência de banheiro no domicílio. No caso da Região Metropolitana essa proporção já mostra dimensões bem reduzidas, mas, de todo modo, vale destacar que entre 2005 e 2008 houve uma queda de 2,74% para 1,63% de domicílios sem sanitário. Nesse campo, a Prefeitura do Recife está realizando, em parceria principalmente com o governo federal, ações estratégicas na provisão de moradia e urbanização de assentamentos precários.

Esses dados auxiliam na compreensão do contexto metropolitano em que se insere o Recife. A presença e o papel que o Recife exerce são de fundamental importância diante dos demais municípios, seja pela condição institucional de capital, seja pela proporção de residentes – que alcança 41,5% do total metropolitano –, seja ainda pelo que representa enquanto pólo econômico que concentra 33% do PIB estadual⁵.

No tópico a seguir são destacadas as principais realizações e conquistas dos últimos anos observadas na cidade do Recife, segundo os grandes eixos estratégicos e alguns temas de destaque.

⁴ Déficit Habitacional no Brasil – 2007. Fundação João Pinheiro e Ministério das Cidades, 2008.

⁵ Agência Condepe/Fidem.